

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2022 MAQUINÉ/RS

1. CONTEXTO OPERACIONAL:

O Município de Maquiné/RS, inscrito no CNPJ 94.436.342/0001-00 compõe o poder público municipal consolidando as demonstrações contábeis: do legislativo municipal, poder executivo e do Regime Próprio de Previdência social – RPPS. Situado na Rua Osvaldo Bastos, 622, Centro de Maquiné, RS, CEP 95.530-000, tem por objeto a prestação de serviços públicos de forma direta aos seus munícipes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2022 foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, denominadas NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público) consubstanciadas pelas alterações introduzidas pela Resolução nº 1.111/2007 do CFC.

Base Legal: as Demonstrações Contábeis do exercício de 2022 foram elaboradas conforme a Lei nº 4.320/64, a escrituração observou o elenco de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, Manuais e Normas Brasileiras e os Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Para a contabilização da execução do orçamento foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

O Balanço Geral do Município referente ao exercício é composto pelas seguintes demonstrações contábeis: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa conforme modelos definidos no MCASP e complementado por estas notas explicativas.

2.2 Mudanças de Critérios Contábeis

Não houve mudanças de critérios contábeis efetuadas no exercício de 2022.

2.3 Ajustes de Exercícios Anteriores

Os valores lançados em Ajustes de Exercícios Anteriores referem-se às seguintes informações:

VALOR	AJUSTE REFERENTE
Não ocorreram empenhos	Despesas de exercícios encerrados que não tenham se processado em época própria, conforme previsto no Art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64;
(R\$ 600.187,40)	Valores referente ao reavaliação de bens imóveis;
(R\$ 2.730.813,70)	Valores referente ao reavaliação de bens móveis;
R\$ 10.313.644,68	Ajuste de valores de inventário em anos anteriores.

2.4 Resumo das Principais Práticas Contábeis

Os resumos das principais práticas contábeis apresentam os critérios de mensuração e avaliação dos ativos e passivos do Município.

O regime contábil adotado na contabilização da execução orçamento é o misto, a fim de atender o disposto no Art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desta forma, as despesas são registradas pelo regime de competência e as receitas pelo regime de caixa.

Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência a fim de atender o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

2.4.1 Apuração dos resultados públicos:

Resultado patrimonial: As receitas e despesas de caráter patrimonial estão escrituradas pelo regime de competência.

Resultado orçamentário: As receitas e despesas de caráter orçamentário estão escrituradas pelo regime misto (caixa para a receita, competência para despesa).

3. DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS:

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das Demonstrações Contábeis, ressaltamos:

3.1. DO BALANÇO PATRIMONIAL

3.1.1. Ativo Circulante

3.1.1.1 Disponível

3.1.1.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os valores do caixa e equivalentes de caixa foram mensurados ou avaliados pelo valor original.

As aplicações financeiras de liquidez imediata foram mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas foram contabilizadas em contas de variação patrimonial aumentativa.

3.1.1.1.2 Aplicações Financeiras do RPPS

As aplicações financeiras estão registradas pelos valores de realização e os rendimentos em função do prazo decorrido até a data de balanço.

Todas as aplicações seguem o regramento do conselho monetário nacional e do BACEM.

3.1.1.1.3 Créditos a receber

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações foram mensurados ou avaliados pelo valor original.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas foram ajustados a valor presente.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas foram ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados foram contabilizados em contas de resultado.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos.

3.1.1.1.4 Dívida Ativa

A Dívida Ativa no Ativo Circulante foi proporcionalmente ajustada ao curto prazo, segundo a média de recebimentos dos últimos três exercícios encerrados somados com os parcelamentos firmados informados pelo setor de Tributos e Créditos, e para ajuste para perdas realizou-se o cálculo do seu percentual de possibilidade.

O ajuste para perdas da Dívida Ativa foi calculado tendo por referência a metodologia adotada do STN, para municípios com população inferior a 50.000 habitantes, baseando-se pela média do percentual de recebimento. O índice foi formado pela média dos percentuais do recebimento menos o estoque total de dívida ativa a receber.

A dívida ativa está inscrita pelo seu valor original, mais as atualizações incorridas de multas e juros.

3.1.1.1.5 Estoques

O município instituiu em 2022 controle permanente dos estoques por meio de planilhas em excel. É realizado inventário dos estoques mensalmente para ajuste de eventuais divergências, pelos responsáveis de cada secretaria municipal.

A entrada dos bens no sistema ocorre pelo custo de aquisição e a baixa pelo custo médio ponderado, conforme determina a legislação.

3.2 Ativo Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados pelo seu valor justo. Em 2022 o município realizou um inventário geral e realizou o teste de recuperabilidade do Ativo Imobilizado, sendo os ajustes todos realizados em 2022. Também foi realizada a reavaliação de todos os bens do ativo imobilizado e devidamente registrados em resultado, desta forma os valores contabilmente registrados representam, adequadamente, o valor justo de cada bem na data de encerramento do Balanço.

O valor do ativo imobilizado em 2022 foi de R\$ 23.822.328,46.

O município realizou o cálculo da depreciação dos bens mensalmente, pelo método das cotas constantes de depreciação.

No inventário foram reestimadas as vidas úteis de cada bem, conforme o seu estado de conservação.

Os valores residuais de cada bem, também foram atualizados no sistema para possibilitar o cálculo da depreciação.

Os valores de reavaliação de cada bem foram revisados e atualizados, conforme o estado de conservação, no dia do inventário, de cada bem.

O inventário geral foi realizado com base no Decreto Municipal e pela comissão inventariante nomeada pela Portaria 940 de 03/11/2022, com o apoio em termos de assessoria da empresa Mauss Consultoria em Gestão Ltda.

3.3 VPDs pagas antecipadamente

Não houve registro de tais fatos.

3.4 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os ativos realizáveis com prazo inferior a 365 dias da data de balanço estão registrados no Circulante e os superiores, no Ativo Não Circulante.

3.5 Ativo Investimentos

Não consta saldo do grupo investimento que se refere as ações da Prefeitura. No Fundo de Regime Próprio Previdência Social - RPPS, o valor de R\$ 24.706.788,53 é referente a fundos de investimento em renda fixa.

3.6 Ativo Intangível

A entidade não possui nenhum ativo intangível.

3.7 Ajuste a valor presente de Ativos e Passivos

Não houve necessidade de ajuste a valor presente dos elementos integrantes do Ativo e do Passivo decorrentes de operações de longo e curto prazo, uma vez que seus efeitos não foram relevantes. Com isso, evidencia-se que os valores contábeis registrados representam substancialmente os valores justos na data do Balanço.

3.8 Ativos e Passivos Contingentes

A entidade não possui eventos contingentes, seja de ordem ativa ou de ordem passiva.

3.9 Fornecedores

São os restos a pagar do exercício e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos incorridos.

3.10 Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes:

Os passivos exigíveis com prazo inferior a 365 dias da data do balanço estão registrados no circulante e os prazos superiores, no passivo não circulante.

3.10.1 Obrigações Trabalhistas a Curto Prazo - Provisões De Pessoal

As provisões servem de base para contabilizar a variação patrimonial referente às obrigações salariais, bem como os encargos incidentes. A contabilização é feita baseada no princípio da competência, registra todas as despesas no momento em que elas acontecem, ou seja, quando incorridas. Cada mês transcorrido representa 1/12 (um doze avos) de obrigação para o Município e conseqüentemente 1/12 (um doze avos) de direito para o funcionário.

Esses valores são escriturados conforme relatório enviado pelo Setor de Pessoal do município.

3.10.2 Obrigações de Longo Prazo

O município possui quatro operações de crédito a longo prazo: parcelamento de débito junto ao INSS, parcelamento de débito junto ao RPPS, empréstimo Badesul e empréstimo Finisa.

Do saldo total da dívida, foram divididas as parcelas vincendas no curto prazo e registradas no Passivo Circulante. O saldo restante, ficou registrado no Passivo Não Circulante.

4. DO BALANÇO FINANCEIRO

4.1 Houve a inscrição de restos processados no valor de R\$ 676.358,51.

4.2 Em relação aos restos a pagar não processados no valor de R\$ 6.047.086,13, dentre estes são compostos por empenho do fornecedor COMPASUL CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS, no valor de R\$ 3.885.995,20, relativo a obras de asfaltamento de trecho da ERS-484.

4.3 - Receitas Orçamentárias e intraorçamentárias: Receitas orçamentárias totais são apresentadas no valor de R\$ 44.531.094,89, com exclusão das operações intraorçamentárias que representaram R\$ 2.991.208,46 no ano, registrados no balancete da receita, e representam transações da entidade para com sua autarquia. O valor da receita exclusiva do executivo fica em R\$ 41.539.886,43.

4.4 - Despesas Orçamentárias e intraorçamentárias: Despesas orçamentárias totais representaram R\$ 43.247.924,23, com exclusão das operações intraorçamentárias que representaram R\$ 3.352.454,26 no ano, registrados no balancete contábil, e representam transações da entidade para com seu fundo de RPPS. Os gastos exclusivos do executivo representaram R\$ 39.895.469,97.

4.5 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários: os itens desses grupos correspondem aos ingressos e dispêndios que, na forma do parágrafo único do art. 3º a art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 se referem a operações que não transitam pelo orçamento, bem como a contrapartida das inscrições (ingressos) e pagamentos (dispêndios) de restos a pagar processados e não processados. O valor total de ingressos no ano representou R\$ 10.810.903,84 e de pagamentos R\$ 6.217.263,74, portanto, tais valores não são de propriedade da entidade, que é, apenas a fiel depositária dos mesmos, por um certo período contratual. A diferença desses valores, fez o caixa geral AUMENTAR em R\$ 4.593.640,10.

Portanto, na análise dessa demonstração deve ser considerado como relevante:

1. As conciliações bancárias estão sendo realizadas tempestivamente. Há algum ajuste importante e relevante que foi realizado que causa um grande impacto no saldo financeiro do ano.
2. As cauções recebidas para garantir contratos de execução de obras e serviços, foram lançadas como receita extra, e estão sendo mantidas em contas correntes específicas ou seus valores foram utilizados para pagamentos de outras despesas.
3. Valores depositados em juízo, a título de bloqueios, depósitos judiciais e precatórios a pagar.

4.6 – Da composição do resultado financeiro

O resultado financeiro consolidado do município R\$ 11.953.330,56 (100%) como um todo foi gerado da seguinte forma:

- Poder Executivo: R\$ 7.345.274,10
Créditos a receber: R\$ 2.626.624,54

- Poder legislativo: R\$ 0,00

- Fundo Municipal do RPPS: R\$ 1.981.431,92

Portanto, é possível verificar que o principal responsável pelo aumento das disponibilidades financeiras consolidadas, são os repasses de operação de crédito de capital, no Poder Executivo.

No poder legislativo e no fundo municipal não ocorreram ajustes ou situações que merecem destaque nas notas explicativas, além desta.

No executivo existe um recurso vinculado cita-se 1104 PAV. ASFALTICA ERS 484, recursos este que não foram totalmente repassados ao executivo durante o exercício de 2022.

Todas as retenções extra orçamentárias são registradas em contas específicas, no Passivo do Município.

4.7 Eventos Subsequentes

Após o encerramento do período contábil, não houve a necessidade de alterações ou ajustes contábeis no exercício encerrado, em nenhum dos dois poderes, nem na autarquia.

4.8 Despesas do exercício de 2022 sem cobertura orçamentária, que foram empenhados em 2023.

Não houve empenhos em despesas de exercícios anteriores no Executivo, tal qual não ocorreu no RPPS e Câmara de Vereadores.

5. DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

5.1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem dados consolidados do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e respectivas alterações, imposições do MCASP, NBCASP e PCASP determinado pelo Tribunal de Contas do Estado.

5.2 - Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

5.3 - Operações Intraorçamentárias: de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intraorçamentárias.

5.4 – Créditos Adicionais Reabertos: não houveram, de acordo com o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, em 2022, a reabertura de créditos especiais que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses desse ano.

5.5 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil do ano, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 19/2016, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

6. DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

6.1 – Contexto Operacional: A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar aos pagamentos e recebimentos intraorçamentários. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa.

No total, o saldo de caixa municipal diminuiu R\$ 508.761,39 (consolidado), conforme a DFC.

O resultado do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento foi de R\$ 2.160.099,40, tendo em vista a operação de crédito FINISA.

7. DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP

7.1 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: Neste exercício não houve fato relevante como reavaliação de bens do ativo imobilizado;

Também não houve desincorporação de passivos com valores relevantes.

Município também não recebeu nenhum bem em doação de forma relevante que merecesse destaque.

Houve ganhos com incorporação do ativo de R\$ 953.366,05 e houve ganhos com desincorporação do Passivo de R\$ 60.209,89.

7.2 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: Nenhum item do ativo sofreu perda relevante de valor no exercício.

No passivo também não houve incorporação de nenhum valor relevante.

No Ativo houve desincorporação no valor de R\$ 14.327,98.

8 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

8.1. PREFEITURA MUNICIPAL DE MAQUINE

CNPJ: 94.436.342/0001-00

Endereço: Rua Osvaldo Bastos, 622, Centro, Maquiné/RS.

Tel. (51)3628.1322/1325

RAMONA BAUER COSTA
CONTADORA
CRC 037858/O